

Linguagem, contexto e história do pensamento econômico: antes da economia ter sua própria língua*

Language, Context and History of Economic Thought: Before Economics Had its own Language

Ryan Walter**

JEL: B12. B41.

A premissa-chave deste livro é que a noção de que existia uma coisa chamada “economia política clássica” é um mito enganador. O fato desse mito ter um papel central nas nossas histórias do pensamento econômico sugere que temos um entendimento pobre do que as pessoas pensavam no passado e dos processos históricos pelos quais a economia veio a asseverar seu papel no mundo moderno. Faço uma tentativa de revisão: uso a história intelectual contextual para expor as deficiências do nosso conhecimento e, assim, estabelecer uma história mais confiável sobre o que Malthus, Ricardo e seus pares tinham em mente quando escreveram seus textos de economia política.

Malthus e Ricardo são o meu foco porque eles são centrais a todos os relatos da economia política clássica e porque eles tiveram papéis de liderança no processo de longo prazo onde o raciocínio econômico veio a se asseverar na vida política britânica. Mais especificamente, Malthus e Ricardo foram os primeiros autodenominados “teóricos”, que atacaram explicitamente seus oponentes “práticos” por ignorarem a teoria nas discussões sobre economia política. Essa estratégia foi tremendamente bem-sucedida. Acima de tudo, ela preparou o terreno para a emergência de economistas políticos *tories* que arrogavam igualdade teórica em relação aos seus rivais *whigs*, assim permitindo

* Submissão: 14/07/2023 | Aprovação: 29/09/2023 | DOI: 10.29182/hehe.v26i2.931

Originalmente publicado em *Before method and models: the political economy of Malthus and Ricardo*. Oxford: Oxford University Press, p. 1-14, 2021. Tradução: Rafael Galvão de Almeida, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil | ORCID: 0000-0002-3582-9906 | E-mail: rga1605@gmail.com

** School of Political Science and International Studies, University of Queensland, Austrália | ORCID: 0000-0002-0258-7904 | E-mail: r.walter1@uq.edu.au



Esta publicação está licenciada sob os termos de
Creative Commons Atribuição-Não Comercial
4.0 Internacional

que os economistas políticos em geral alcançassem tração institucional o suficiente para reformar o governo britânico, especialmente nas mudanças em relação às Leis dos Pobres (1834), ao Banco da Inglaterra (1819, 1844) e Leis dos Cereais (1846). A capacidade dos economistas políticos em montar tais reformas nas suas sociedades sem a necessidade de departamentos institucionais tem sido um aspecto da política anglo-americana desde então. Mas é quase impossível entender esse fato quando a categoria “economia política clássica” organiza os materiais históricos, porque o faz normalmente a serviço de polêmicas relacionadas aos méritos das escolas neoclássica, marxista e pós-keynesiana no presente.

Portanto, este livro confronta a presença contínua de anacronismos na história do pensamento econômico. A causa primária vem de praticantes que estão dispostos a abordar o passado por meio de categorias de controvérsia no presente. Tradicionalmente, essa prática tem sido defendida ao especificar o objetivo próprio de pesquisa como uma recuperação do “sistema analítico” de algum pensador no passado (Stigler, 1969, p. 220), ou a “história da análise econômica” como distinta da “história do pensamento econômico” (Schumpeter, [1954] 1994, p. 38-43), ou como fornecendo uma “reconstrução racional” em contraste com uma “reconstrução histórica” (Blaug, 1990), sempre em conjunção com a distinção de Imre Lakatos entre história “externa” e “interna” (Waterman, 2003). De tempos em tempos, essas justificativas têm como objetivo facilitar a recuperação de ideias perdidas que são úteis no presente (Corsi; Kregel; D’Ippoliti, 2018; Kates, 2020). Porém, de forma mais geral, essas justificativas para anacronismos vêm da necessidade de assegurar um lugar para a história nos currículos de economia, o que explica a ansiedade do campo em demonstrar que estudar o passado pode ser bom para a formação intelectual do economista.¹

Essa ansiedade foi exacerbada pela competição historiográfica, após a história do pensamento econômico migrar dos departamentos de economia, desde a década de 1970 em certos países. Desde então, muitos estudiosos de diferentes formações, incluindo pesquisadores da língua inglesa, historiadores da ciência e, acima de tudo, historiadores intelectuais profissionais têm escri-

¹ Por exemplo, Ivan Moscati (2008) retrata historiadores como locutores da história do “jogo” para os “jogadores” – economistas que não têm o tempo ou interesse de ouvir toda a história, mas que podem se beneficiar de uma boa recapitulação. Uma lista de razões para se estudar história do pensamento econômico, que se assemelha mais a uma lista de compras, é fornecida por Steve Kates (2013, p. 21), escrita após tentativa do European Research Council em remover a história do pensamento econômico da lista de disciplinas da economia.

to sobre a história do pensamento econômico. Independentemente das opiniões pessoais deles sobre o potencial edificante da história para economistas, eles não costumam lecionar em departamentos de economia.² Assim, sem as preocupações de vender seu peixe aos economistas e departamentos de economia, historiadores intelectuais ficam livres para empurrar a história do pensamento econômico em direções genuinamente históricas, dispensando as necessidades de se rezar de acordo com uma cartilha. Ao invés disso, uma vez que se toma por garantido que a história é um fim em si mesmo, a distinção guiadora não é entre reconstrução racional e histórica, mas entre “criação de mitos e historiografia” (Condren, 2006, p. 229). Como essa oposição alternativa implica, alguns dos resultados são destrutivos para narrativas estabelecidas, porque um dos efeitos rotineiros da história intelectual contextual é revelar a tendência de disciplinas acadêmicas de projetarem “auto-histórias” imaginárias no passado.³ Em relação a isso, este livro deve bastante ao trabalho pioneiro de Keith Tribe e Donald Winch, que foram pioneiros em produzir histórias genuinamente históricas do pensamento econômico.⁴

Se a história intelectual não lida com fantasmas, então a principal questão é determinar o *que* pode ser identificado como um objeto válido de análise histórica. Para os historiadores intelectuais, a resposta mais curta são os textos, entendidos como registros escritos de grande variedade, incluindo tratados filosóficos, relatórios do governo, a imprensa popular e muitos outros. Diferente da natureza conjectural de um sistema analítico que move consciente ou inconscientemente os pensamentos de um autor ou uma análise econômica que existe independentemente de textos e contextos que guia a análise como se fosse adivinhação, posicionar textos históricos como uma coisa no mundo não é algo que precisa ser assegurada por teleologia ou metafísica. Isto é, alguém pode apontar para os textos como objetos físicos, examinando de forma literal seu conteúdo e organização e sempre identificando sua história de publicação, o que não pode ser feito num sistema analítico ou outros objetos hipotéticos. A confiança do historiador intelectual em relação à existência de textos como seu objeto de estudo vem com um custo, porque o

² O falecido Donald Winch foi um exemplo raro de alguém treinado em economia, mas que se tornou um historiador intelectual profissional. A natureza especializada da história intelectual e a falta de comunicação da economia com os estudos humanistas faz com que o caminho tomado por Winch seja difícil de replicar. Ver Tribe (2018, p. 96).

³ Para uma exposição clássica sobre “mitologias” que tipicamente estão no subtexto de reconstruções racionais, ver Skinner ([1969] 2002).

⁴ Em particular, Tribe (1978, 2015) e Winch (1978, 1996).

horizonte historiográfico deve ser rebaixado para evitar bagunça nas características contextuais da composição e recepção dos textos em tempo histórico, para que isso possa vir à tona.

Apesar de a análise de textos permitir aos historiadores firmar seu trabalho em evidência textual, ela cria um conjunto de problemas relacionados às ferramentas que devem ser usadas para avaliar essa evidência. De fato, alguns dos melhores historiadores do mundo trabalharam nessa questão por décadas sem alcançar um consenso. Portanto, deve ser necessário reconhecer que a abordagem adotada aqui se baseia na assim chamada escola de Cambridge de história intelectual, associada aos nomes de J. G. A. Pocock e Quentin Skinner.⁵ Em termos de abordagem técnica, Pocock e Skinner enfatizaram a necessidade de prestar atenção à evidência linguística quando tentam determinar o que um texto pode ter significado para a sociedade ou ao meio no qual foi produzido.

Para Pocock, a tarefa-chave deve ser verificar a linguagem ou o idioma político que um autor utilizou. Daí se torna possível determinar se o autor alterou essa linguagem e, se sim, se a alteração foi permanente. Em contraste, Skinner tipicamente identifica um alvo menor do que linguagens: termos-chave e as convenções aceitas para utilizá-los em determinado meio. Isso permite instâncias específicas do uso da palavra ou dos “atos de linguagem” de um autor serem avaliados em termos de convencionalidade ou originalidade. Muito já foi dito sobre o apelo relativo desses princípios e como eles devem ser utilizados na prática.⁶ Quando o problema é reduzido ao seu problema básico, porém, a injunção é suficientemente clara: examinar quais palavras são usadas em um texto, qual era a intenção da pessoa que as escreveu ao usá-las e o que elas poderiam ter significado às pessoas que as leram, tendo aberta a possibilidade de que as respostas a essas questões podem não ser as mesmas.

O que tudo isso significa para a história do pensamento econômico em geral? Que se os historiadores do pensamento econômico reescreverem os textos estudados com um vocabulário que usamos hoje, eles acabam manipulando a evidência (linguística).⁷ Ou, colocando em outros termos, tal ma-

⁵ Para afirmações programáticas, ver Skinner (2002) e Pocock (2009).

⁶ O comentário mais atento (apesar de desafiador) vem de Condren (1985, 1994). Muito também já foi escrito por aqueles que recusam a disciplina de identificar contextos históricos antes de ler textos e essa rejeição de contexto por filósofos e historiadores de persuasões rivais desaparece de suas carreiras desde o início. Sobre isso, ver o relato indispensável de Hunter (2019).

⁷ Isso é o que foi chamado de “efeito Piltown”. Ver Condren (1994, p. 13). Em resumo, nosso vocabulário

nipulação é essencial ao projeto de *reconstrução racional*, ou como a história da análise econômica tem sido chamada, porque o historiador julga seus textos condizente apenas com o que se considera proficiente com um vocabulário contemporâneo. Para a história intelectual contextual, em contraste, a evidência linguística contextualizada deve estar no centro de qualquer interpretação do que um texto significa para seu autor e seus leitores em um dado tempo e espaço, e isso requer que a linguagem de um texto seja abordada com grande cuidado e deva ser claramente distinguida do vocabulário do contexto contemporâneo do historiador. Em termos simples, isso não significa que o historiador de hoje deva escrever igual aos mortos, mas que ele deve compreender a linguagem dos mortos da melhor forma possível, explicando como ela funcionava e sinalizar ao leitor que eles precisam entender vozes do passado e do presente a fim de que os textos sejam inteligíveis em termos históricos.⁸

O que isso significa para o estudo de Malthus e Ricardo em particular? Eles chamam a atenção à linguagem que é usada em seus textos e à linguagem que é usada pelos economistas hoje, suspeitando quando o último substitui o primeiro; a consequência é que o entendimento histórico é comprometido em favor de transformar textos passados em participantes dos debates de hoje. Como qualquer familiarizado com a história do pensamento econômico vai saber, tal procedimento é rotina. Em relação à ambição deste livro, adquirir conhecimento histórico de Malthus e Ricardo, as consequências desse procedimento são maiores em relação a três termos: *economia política clássica*, *modelo* e *método*. Isso pode ser substantiado com alguns exemplos influentes na história do pensamento econômico em seu modo reconstrutivo.

Vamos começar com o termo “economia política clássica”. É sabido que essa categoria tende a unificar autores que são agrupados dentro de suas fronteiras sem respaldo histórico (Winch, 1996, p. 8-9, 15). As suas origens parecem estar na leitura cínica de Karl Marx da economia política, sendo o termo cunhado no contexto de uma avaliação polêmica de seus antecessores. O mais próximo que temos de uma definição explícita de economia política clássica nos textos de Marx são duas notas de rodapé consecutivas no fim do capítulo 1 do primeiro volume de *O capital*, na discussão sobre fetichismo

conceitual é primeiramente “enterrado” nas evidências (textos) a serem estudadas, para então dizer que elas foram “descobertas”; em outras palavras, essencialmente evidência fabricada; nós não temos ancestral com um crânio humano e mandíbula de macaco, mas uma caveira fabricada desse tipo foi enterrada em Piltdown, Inglaterra, e então “descoberta” (Gould, 1980, p. 108-124).

⁸ Sobre a noção de que o procedimento dos historiadores envolve distinguir entre seu próprio “ponto de vista histórico” daqueles a quem ele estuda, ver Gallie (1964, p. 120).

das mercadorias. O ponto geral de Marx era que, apesar de Smith e Ricardo merecerem crédito por realizarem avanços científicos em relação ao papel do trabalho em criar valor, suas categorias e modos de pensamento eram burgueses. Considera-se que isso é mais claro no tratamento de Ricardo da forma-mercadoria como natural, quando de fato dependia do modo capitalista de produção, sendo assim específica a um estágio histórico em particular. Esse é o contexto no qual Marx escreveu que o valor era “o ponto fraco da economia política” (Marx, 1954, p. 84). Um ponto similar é feito em relação à “economia clássica”, em que Marx clarifica seu uso na segunda nota.

[...] quando falo de economia política clássica, eu me refiro à economia que, desde o tempo de W. Petty, investigou as relações de produção reais na sociedade capitalista, distinta da economia vulgar, que lida apenas com aparências, rumina sem cessar nos materiais fornecidos há tempos pela economia científica e daí busca explicações plausíveis dos fenômenos mais intrusivos, para o uso diário capitalista. (Marx, 1954, p. 85)⁹

Após esse esclarecimento, o que Marx quis dizer é simples: a economia política clássica é qualquer pensamento econômico que tenha valor científico, julgando a partir do ponto de vista vantajoso da economia política marxista. É esse caráter político da categorização que permitiu a Marx agrupar figuras discrepantes como William Petty e Ricardo. Ao fazer isso, Marx uniu o discurso de conselhos políticos do século XVII de Petty, baseado numa analogia fisiológica entre o corpo político e os corpos naturais, com a análise idiossincrática da renda e do valor de Ricardo. Aqui, as diferenças históricas são aplainadas por polêmicas epistemológicas.

Rendições mais recentes do termo foram produzidas na história do pensamento econômico. Em seu famoso artigo “The canonical classical model of political economy”, Paul Samuelson (1978) combinou Smith, Ricardo, Malthus e John Stuart Mill ao identificar um modelo comum entre eles de crescimento e distribuição equilibrados. Samuelson construiu esse modelo usando economia matemática contemporânea, seguro na hipótese de que “dentro de cada economista clássico, existe um economista moderno distinto esperando para nascer” (Samuelson, 1978, p. 1415). Nesse caso, não é por causa de uma polêmica, mas por uma teleologia que bagunça os materiais históricos, fazendo com que o contexto e as preocupações de Malthus, Ri-

⁹ A citação corresponde à nota 24, nas páginas 34-35 da primeira edição alemã. Sou grato a Keith Tribe pela ajuda.

cardo e seus interlocutores sejam ignorados, enquanto eles são colocados num contexto preparado convenientemente por um economista de outro século.

Igualmente sintomático é o trabalho volumoso de Samuel Hollander, que se tornou num para-raios de debates sobre a natureza da herança clássica (Hollander, 1979; Tribe, 1981). Hollander é revelador por sua resistência a abordagens históricas ao pensamento econômico, mesmo quando tenta defender a categoria “economia política clássica” contra a acusação de que é uma reificação anacrônica. A defesa toma a forma de especificar o “núcleo” da doutrina clássica como a unidade apropriada de análise, que pode variar historicamente no sentido de que pode ser afirmada em “linguagem diferente”, mas o historiador pode ver o que é relevante ao acessar a “analítica pura do classicismo”, que o historiador pode reescrever com álgebra, sem qualquer dano (Hollander, 2000, p. 8, 18). Tendo a “analítica pura” em mente, Hollander conclui que os “clássicos habitavam um mundo ‘marshalliano’”, não um “marxiano” (Hollander, 2000, p. 23). Para qualquer historiador intelectual profissional, isso é um exemplo clássico de anacronismo, já que escritos de 1770-1830 são reescritos em linguagem do século XX e então assumidos como pertencentes a um universo da década de 1870! Ainda assim, Hollander é insistente em dizer que sua historiografia não é anacrônica: “Eu realizei ‘reconstruções históricas’, não ‘racionais’” (Hollander, 2000, p. 18). Essa defesa insistente dá um sentido do fechamento tradicional do campo a abordagens históricas e de sua preocupação contínua como “clássicos” em relação a Marx ou Marshall.

Essa questão sobre a verdadeira natureza da economia política foi complicada por Piero Sraffa, cujo *Produção de mercadorias por meio de mercadorias* (Sraffa, 1960) teve influência desproporcional sobre historiadores do pensamento econômico. Sraffa alinhou seu trabalho com os “velhos economistas clássicos” que foram supostamente “submergidos e esquecidos” pela análise marginalista (Sraffa, 1960, p. v). Essa narrativa também produz teleologia ao ligar o passado com o presente, embora o padrão não seja Marx ou Marshall, mas um composto Ricardo-Marx-Sraffa. Assim, um discípulo de Sraffa poderia repetir a afirmação de Marx sobre Petty sem qualquer hesitação: “Petty também falhou em desenvolver uma análise sistemática da determinação dos salários”, como se fosse possível que Petty pudesse ter formulado essa intenção no século XVII (Gehrke, 2016, p. 128). Nesse exemplo, a categoria “economia política clássica” permite ao historiador ignorar a investigação do que um autor estava tentando dizer porque toma em seu valor de face que Petty

era um sraffiano prestes a nascer. Como Terry Peach (1993, 1998) demonstrou, a evidência contra a leitura de Ricardo por Sraffa em termos de um modelo de distribuição de cereais é imensa; a resistência a esse fato parece derivar da natureza quase-espiritual do apego da escola sraffiana a Ricardo, considerando-o seu ilustre fundador.

A referência ao assim chamado *modelo de cereais*, que é central à economia política sraffiana, é relevante ao segundo termo vítima de anacronismos na história do pensamento econômico: “modelo”. A ideia de que os cientistas produzem modelos é um fenômeno do século XX. Para economistas, tal mudança pode ser datada da década de 1930, em relação ao trabalho de Jan Tinbergen sobre ciclos econômicos (Boumans, 2004).¹⁰ Daí não é surpreendente que o contemporâneo de Tinbergen, John Maynard Keynes, parece não ter pensado em termos de modelos, colocando como subtítulos os dois volumes do seu *Um tratado sobre a moeda* como *A teoria pura da moeda* e *A teoria aplicada da moeda* (Keynes, [1930] 1978). Além do mais, ele identificou como o alvo da polêmica no primeiro capítulo de sua *Teoria geral* (1936) não os “modelos” dos clássicos, mas, ao invés disso, seu “pensamento econômico, tanto prático quanto teórico”, em especial seu divórcio com “os fatos da experiência” (Keynes; Johnson; Moggridge, 1978, v. 7, p. 3). Em resumo, falar sobre modelos é uma tradição recente, e hipóteses tais como dizer que um pensador tão recente quanto Keynes estava fazendo modelos são altamente suspeitas.¹¹

A realidade é que reescrever os textos de Malthus e Ricardo como se eles contivessem modelos é incrustar nosso vocabulário na evidência histórica, corrompendo-a em seguida. O principal exemplo dessa patologia é encontrado nas leituras de Sraffa do *Essay on profits* (1815) de Ricardo para construir o modelo de cereais (o fato de que Sraffa não usava muito o termo “modelo”, preferindo “teoria”, tanto em Sraffa (1960) quanto em sua introdução editorial ao *Principles of political economy, and taxation* (1817), é evidência de um vagalhão semântico criado pela ascensão da modelagem na economia a partir do século XX). Mas Malthus também foi sujeito a esse tratamento, com Hollander (1997) lendo Malthus como implicitamente construindo um

¹⁰ Apesar de estar ciente desses problemas, Mary Morgan adota uma definição contemporânea de modelagem como um estilo de raciocínio e então a projeta no tempo passado, considerando Ricardo “um pioneiro” (Morgan, 2012).

¹¹ Victoria Chick (1983) é de grande ajuda quando comenta que economistas que estão acostumados a pensar em termos de modelos têm dificuldade de entender o método de Keynes na *Teoria geral*, porque não se encaixa nas categorias nem de equilíbrio parcial nem geral.

modelo de desenvolvimento agrícola. Mais clamorosa ainda é a releitura feita por Waterman de diversos textos em termos de um modelo subentendido, seguindo o “modelo canônico” de Samuelson notado acima. Malthus é um dos autores a receber esse tratamento de Waterman, sendo retrospectivamente dotado de um “modelo de equilíbrio estacionário” como parte da “reconstrução racional” de Waterman (1991). Às vezes, essas reconstruções de autores passados em termos de modelos obliteram completamente o ponto de vista histórico de seu trabalho. Considere-se o tratamento de Burke por Waterman, nas linhas seguintes:

Tanto os argumentos de Burke quanto os de Godwin têm os mesmos defeitos. Porque, ao postular um equilíbrio estável em algum estado diferente do *status quo*, e ao tratar o último como instável a menos que restringido por elos institucionais, eles deixam inexplicada a maneira a qual a sociedade vem a ser. (Waterman, 1991, p. 27)

“Exatamente!”, Burke poderia ter respondido, porque uma teoria racional que se presumisse a “explicar” em termos mecânicos a formação de todo um modo de vida era vista por Burke como causa de perturbação social, e ele sempre se esforçava em impedir tais especulações.¹² Esse aspecto do pensamento de Burke é impossível de se recuperar quando ele é transformado em um construtor de modelos fracassado.

Agora vamos voltar ao termo final que é central à produção desses anacronismos – “método”. Deve ser notado que esse termo (no sentido de hoje) é menos tardio do que “modelo” ou “economia política clássica”. A discussão do método científico no sentido de perseguir uma estratégia epistemológica geral, como indução ou dedução, emergiu logo após a morte de Ricardo, especialmente graças a William Whewell e John Herschel (Yeo, 1986, 1991). Durante a vida de Ricard, “método” era utilizado de forma esparsa e sendo primariamente referido como um proceder de modo ordenado – no sentido moderno de “metódico” – e para conduzir o intelecto com certeza ética.¹³ Deve ser enfatizado que Whewell e seu aliado, o economista político

¹² Por exemplo, a distinção de Burke entre uma sociedade nova, como a França revolucionária, cujas origens devem ser examinadas, e uma “estrutura antiga que nós encontramos desse jeito e não para disputar o fim e o propósito original, com a qual foi produzida” (Burke, 1981–2015, p. 252). Para tendência geral de traduzir a abordagem de direito consuetudinário de Burke aos mercados em uma forma analítica de economia política, ver Walter (2020). Obviamente, Burke não se opunha à *historiografia* como um modo de entender as origens e, nesse aspecto, sua dívida com os escoceses é profunda (O’Neill, 2007).

¹³ Numa das raras ocasiões em que Ricardo usou a palavra “método”, ele usou nesse sentido. Ver (Ricardo, 1951a, p. 259; 1951b, v. 7, p. 378). Em relação à palavra “método” no período moderno em geral, ela é

Richard Jones, foram guiados por sua hostilidade à economia política ricardiana. Isso significa que, quando discutimos Ricardo em relação ao método e fazendo uso da oposição de Whewell entre indução e dedução, não estamos apenas utilizando uma linguagem que Malthus e Ricardo quase nunca utilizaram, mas também estamos adotando sem perceber uma linguagem desenvolvida pelos inimigos de Ricardo após sua morte, com o propósito de atacar seu trabalho (de Marchi; Sturges, 1973).

Todos os três termos – “economia política clássica”, “modelo” e “método” – são tipicamente encontrados na literatura acadêmica. De fato, é comumente dito que a construção de modelos primeiro aflorou como um método explícito na economia política clássica, amarrando os três conceitos. Aqui está um excerto revelador do texto influente de Denis O’Brien, *The classical economists revisited*

O método dedutivo de Ricardo, sua construção de modelos, era de grande importância. Ricardo essencialmente inventou essas técnicas. Seu procedimento não apenas contrasta fortemente com a abordagem basicamente indutiva de Adam Smith, mas, como um processo de abstração heroica, não apenas negligencia as fricções do sistema econômico, mas também habitualmente raciocina em termos da relevância imediata do longo prazo. Ambas as características foram de grande importância para a economia após o fim da era clássica: sem dúvidas, elas deixaram suas marcas na economia clássica. (O’Brien, 2004, p. 49)

Igualmente comum é encontrar escritos sobre a “metodologia da economia política clássica” (Waterman, 2004) ou do “método clássico da teoria do valor e da distribuição” (Kurz, 2003, p. 169). Se metodologia e métodos são posteriores a Malthus e Ricardo, e se a “economia política clássica” foi um rótulo inventado por Karl Marx para suas polêmicas, então precisamos perguntar: o que eles estavam fazendo? Responder a essa questão requer um retorno ao vocabulário real de Malthus e Ricardo e então usar essa evidência para reconstruir seu contexto intelectual.

atribuída a significados não históricos. Descartes, por exemplo, é lido erroneamente nesse ponto – note o título do seu *Discurso sobre o método*. Ver os comentários do tradutor da edição em inglês em questão, Paul J. Olscamp, a respeito de como o *Discurso* é tipicamente lido isolado em relação aos três trabalhos que tinha como objetivo introduzir e seu argumento de que o “método consiste num conjunto de regras ou procedimentos para utilizar as capacidades e operações naturais da mente corretamente” (Olscamp, 2001, p. xiv). Ainda mais revelador é o estudo de Matthew L. Jones (2001). Indo além, antes de Descartes, “método” era um termo artístico nos estudos após a Renascença, com Ramus sendo uma fonte de controvérsia, mas seus significados ainda eram relacionados a procedimentos específicos (Ong, 1961).

1. Vocabulário e a recuperação do contexto

Como indicado no título do livro, *Antes do método e dos modelos*, um dos principais resultados a ser reportado é que, no período estudado (c. 1790–1823), nem “modelo” ou “método” tiveram um papel importante no vocabulário conceitual dos economistas políticos britânicos ou seus críticos. De fato, é difícil encontrar essas palavras sendo usadas pelos economistas políticos e, quando elas são realmente utilizadas, elas não tinham o mesmo significado que hoje. O vocabulário dos economistas políticos, porém, realmente incluía “teoria”, “prática”, “experiência” e “entusiasmo”. Não apenas essas palavras estão presentes, mas seu significado e alcance referencial eram intensamente contestados nas principais disputas do período. Como qualquer um familiarizado com esse período da história britânica vai saber, esses termos foram usados extensivamente na Inglaterra do século XVII. Eles até chegaram a ser lugar-comum e foram energizados de forma duradoura pela resposta hostil de Edmund Burke à Revolução Francesa em *Reflexões sobre a revolução na França* (1790). O ponto essencial de Burke era que as noções recentes e errôneas de direitos humanos enchiam as pessoas de “entusiasmo apaixonado” e corrompiam o raciocínio dos “legisladores modernos” (Burke, 1981–2015, v. 8, p. 108, 232). A consequência trágica era que isso cegava as pessoas para os benefícios que a forma existente de governo produzia na realidade, porque eles se fixavam numa sociedade futura melhor.

Em linhas gerais, um dos achados mais importantes do livro é que esse vocabulário era central à economia política no tempo de Malthus e Ricardo e que a economia política não tinha um vocabulário que poderia ser considerado independente. Dados os preceitos articulados anteriormente a respeito da atenção à linguagem, a importância desse fato precisa ser enfatizada. Acima de tudo, ela sinaliza que a tendência de estudar a economia política como se fosse uma disciplina autônoma, como é a economia de hoje, é um anacronismo. Em vez de desfrutar da autonomia intelectual, economistas políticos operavam em um contexto onde o lugar da teoria não era algo que eles podiam determinar independentemente. Eles estavam participando num conjunto mais amplo de debates e culturas intelectuais diferente do que os historiadores do pensamento econômico normalmente estudam.

Após Burke, “teoria” levantava suspeitas, enquanto que “prática” e “experiência” as dispersavam. Por esse motivo, economistas políticos, que se viam como teóricos, esforçaram-se para comunicar seu trabalho intelectual nesses termos privilegiados ao alinhar retoricamente seus escritos com noções de

prática e experiência. Os economistas políticos também tentaram negar uns aos outros a proteção desses termos, retratando seus oponentes como “entusiastas”. Aqui, então, temos um ponto de início rival para a pesquisa histórica que rejeita o caminho da reconstrução racional: Malthus e Ricardo não estavam fazendo macroeconomia nem construindo modelos, mas eles estavam tentando equilibrar especulação teórica com a demanda intensa, após a Revolução Francesa, de se prestar atenção à prática e à experiência. Esse fato explica por que Malthus e Ricardo nunca se importaram com a natureza de um bom modelo, mas refletiam rotineiramente sobre a relação entre teoria, prática e experiência, usando essas ideias para defender seus trabalhos e atacar outros.

Essa característica do contexto pode ser ilustrada ao notar que a visão geral desse vocabulário, apresentada por Jeremy Bentham em *The book of fallacies* (1824), no título do capítulo relevante à discussão: “Falácias antirracionais”. Bentham, como um reformista convicto, atacava o vocabulário que era utilizado de forma bem-sucedida para bloquear ondas de mudanças. A estratégia-chave, de acordo com Bentham, era menosprezar “razão” e “pensamento”, qualificando-os com os adjetivos “especulativo”, “teórico”, “visionário”, “quimérico”, “romântico” e “utópico” (Bentham, 1824, p. 295-296). O argumento de Bentham era que tais ataques à teoria ocultavam o fato de que toda argumentação envolvia algum tipo de teoria, mesmo que sua importância não fosse percebida (Bentham, 1824, p. 299-300). (O argumento de que a teoria é onipresente se tornou comum nas defesas de argumentos teóricos desde então). A outra defesa da teoria por Bentham era conceder que o “medo da teoria” era justificado por causa da tendência de teóricos em ignorar as complicações levantadas pelos “casos particulares” que exigiam exceções (Bentham, 1824, p. 299). Mas tal cegueira em relação à necessidade de exceções era uma afronta à razão e à utilidade, ou simplesmente teoria ruim, e não uma invalidação da teoria (Bentham, 1824, p. 80-81).¹⁴

Bentham ia além da defesa: ele desenvolveu várias linhas de ataque contra a posição antirracional. Sua campanha teve seu ponto alto quando ele argumentou que a rejeição da teoria era tipicamente motivada pelo desejo de proteger interesses privados que se serviam do sistema existente, interesses que seriam comprometidos se a ciência da utilidade seguisse seu curso em programar a arquitetura do governo.¹⁵ Tais interesses eram, de acordo com

¹⁴ Para o caráter cauteloso e até casuístico do pensamento de Bentham, ver Bentham (2011, p. 152-219). Agradeço a Lorenzo Cello por me recomendar esse texto.

¹⁵ Sobre isso, ver o título ao capítulo 18 de seu livro *Plan for parliamentary reform*: “Interesses adversos à

Bentham, defendidos usando as palavras “experiência”, “prática” e “sabedoria dos ancestrais” para urgir legisladores em confiar num conhecimento datado dos séculos XVI e XVII (Bentham, 1824, p. 69-79). Contra isso, Bentham insistiu que esses séculos eram bárbaros, e que a geração atual podia aprender com seus erros. Bentham até ousou criticar a constituição antiga, virando de cabeça para baixo a injunção de Burke para não examinar as origens da herança política de um povo.

A constituição, por que está além de qualquer suspeita? Por que, sob a ameaça de ser *ipso facto* um anarquista convicto, nunca devemos presumir olhar para ela a não ser com olhos fechados? Porque foi o trabalho dos nossos ancestrais – de ancestrais, legisladores, poucos dos quais podiam ler, e poucos que achavam que valia a pena ler. Primeira suposição teórica, *sabedoria de ancestrais bárbaros*. (Bentham, 1824, p. 237)

Com tais falácias em voga, os antirracionais concluíam que agir sem precedente ou costume – como dito pelos termos “novidade” e “inovação” – era prejudicial (Bentham, 1824, p. 113-115, 384, 390). De fato, Bentham escreveu, tipicamente “inovação” era usada para significar “mudança ruim” (Bentham, 1824, p. 143-144). O problema com toda essa linguagem antirracional era que ela obscurecia o mal no tempo presente e, simultaneamente, direcionava atenção aos maus futuros que nunca emergiam quando uma boa teoria é usada para abrir caminho (Bentham, 1824, p. 150).

Burke publicou suas *Reflexões* em 1790, enquanto que Bentham publicou seu *Book of fallacies* em 1824. Assim, existe evidência *prima facie* de que, antes da primeira publicação de Ricardo sobre economia política (1809) até após sua morte (1823) o vocabulário da teoria e da prática era usado para debater a relação entre pensamento abstrato e o funcionamento das instituições políticas de uma nação. É, portanto, pouco surpreendente que esse vocabulário teve um papel importante nos debates sobre o status e o papel potencial da economia política em emancipar ou destruir a sociedade, já que a nova ciência estava profundamente preocupada em reformar o Estado. Como esse argumento implica, a economia política era vista como uma espécie especulação política, filosofia ou pensamento abstrato. Ela era, portanto, sujeita aos mesmos padrões de avaliação de outras atividades.

Reforma – apoio dado por eles aos moderados e à exclusão dos radicais: *tories*, *whigs* e homens do povo” (Bentham, 1817, p. 299).

Em outras palavras, ao prestar atenção ao vocabulário, é possível estabelecer que o contexto no qual a economia política era estudada na Grã-Bretanha na virada do século XVIII era um em que a economia política não era uma ciência autônoma, muito menos uma vocação. Esse achado determina que a concepção comum de que a economia política era uma ciência que se desenvolveu por meio de modelos de maior sofisticação e consistência não é histórica. Mais positivamente, ele também confirma e estende o estudo clássico de Stefan Collini, Donald Winch e John Burrow (1983), no qual o contexto de Malthus e Ricardo era a “ciência da política”. Essa ciência continha a economia política como um dos elementos subordinados, inibindo especialização intelectual do tipo de que os economistas desfrutam hoje. Em resumo, uma das razões pelas quais economistas políticos não se comportavam como especialistas era porque eles não possuíam um vocabulário especializado.

Referências

- BENTHAM, J. *Plan of parliamentary reform*. London, 1817.
- BENTHAM, J. *The book of fallacies*. London, 1824.
- BENTHAM, J. Place and time. In: BENTHAM, J; ENGELMANN, S. G. (Org.). *Selected writings. Jeremy Bentham*. New Haven, Yale University Press, 2011.
- BLAUG, M. On the historiography of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 12, n. 1, p. 27-37, 1990.
- BOUMANS, M. *How economists model the world into numbers*. London: Routledge, 2004.
- BURKE, E. First letter on a regicide peace. 1796 In: BURKE, E.; LANGSFORD, P.; TODD, W. B. (Org.). *Writings and speeches*. Oxford: Oxford University Press, 1981-2015.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes*. A reconsideration of the General Theory. Cambridge: MIT Press, 1983.
- COLLINI, S.; WINCH, D.; BURROW, J. *That noble science of politics: a study*

in *nineteenth-century intellectual history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CONDREN, C. *The language of politics in seventeenth-century England*. New York: Palgrave Macmillan, 1994.

CONDREN, C. *The status and appraisal of classic texts*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

CONDREN, C. *Argument and authority in Early Modern England: the presupposition of oaths and offices*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CORSI, M.; KREGEL, J.; D'IPPOLITI, C. (Org.). *Classical economics today: essays in honor of Alessandro Roncaglia*. London: Anthem, 2018.

DE MARCHI, N. B.; STURGES, R. P. Malthus and Ricardo's inductivist critics: four letters to William Whewell. *Economica*, v. 40, n. 160, p. 379-393, 1973.

GALLIE, W. B. *Philosophy and the historical understanding*. London: Chatto and Windus, 1964.

GEHRKE, C. British classical political economy. In: FACARELLO, G.; KURZ, H. D. *Handbook on the history of economic analysis*. Volume 2. Cheltenham: Edward Elgar, p. 125-149, 2016.

GOULD, S. J. *The panda's thumb: more reflections in natural history*. New York: W. W. Norton, 1980.

HOLLANDER, S. *The economics of David Ricardo*. London: Heinemann, 1979.

HOLLANDER, S. *The economics of Thomas Robert Malthus*. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

HOLLANDER, S. "Classical economics": a reification wrapped in an anachronism?" In: FORGET, E. L.; PEART, S. (Org.). *Reflections on the classical canon in economics: essays in honor of Samuel Hollander*. London: Routledge, p. 25-44, 2000.

HUNTER, I. The contest over context in intellectual history. *History & Theory*, v. 58, n. 2, p. 185-209, 2019.

JOHNSON, E.; MOGGRIDGE, D. (Org.). *The collected writings of John Maynard Keynes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

JONES, M. L. Descartes's geometry as spiritual exercise. *Critical Inquiry*, v. 28, n. 1, p. 40-71, 2001.

KATES, S. *Defending the history of economic thought*. Cheltenham: Edward Elgar, 2013.

KATES, S. *Classical economic theory and the modern economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2020.

KURZ, H. D. The surplus interpretation of the classical economists. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Org.). *A companion to the history of economic thought*. Malden: Blackwell, p. 167-183, 2003.

MARX, K. *Das Kapital: Kritik der politischen Oekonomie*. Hamburg, 1867.

MARX, K. *Capital: a critique of political economy*. Moscow: Progress Publishers, 1954.

MORGAN, M. *The world in the model: how economists work and think*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

MOSCATI, I. More economics, please: we're historians of economics. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 30, n. 1, p. 85-92, 2008.

O'BRIEN, D. P. *The classical economists revisited*. Princeton: Princeton University Press, 2004.

OLSCAMP, P. J. Introduction. In: DESCARTES, R. *Discourse on the method, optics, geometry, and meteorology*. Indianapolis: Hackett Publishing, p. ix-xxiv, 2001.

ONG, W. J. Ramist method and the commercial mind. *Studies in the Renaissance*, v. 8, p. 155-172, 1961.

O'NEILL, D. *The Burke-Wollstonecraft debate: savagery, civilization, and democracy*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2007.

PEACH, T. *Interpreting Ricardo*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

PEACH, T. On interpreting Ricardo: a reply to sraffians. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, n. 5, p. 597-616, 1998.

POCOCK, J. G. A. *Political thought and history: essays on theory and method*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

RICARDO, D. Ricardo to Maria Edgeworth. In: SRAFFA, P. (Org.). *Works and correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951a.

RICARDO, D. Ricardo to Mill. In: SRAFFA, P. (Org.). *Works and correspondence*. Cambridge: Cambridge University Press, 1951b.

SAMUELSON, P. A. The canonical classical model of political economy. *Journal of Economic Literature*, v. 16, n. 4, p. 1415-1434, 1978.

SCHUMPETER, J. A. *History of economic analysis*. Oxford: Oxford University Press, [1954] 1994.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

SKINNER, Q. *Vision of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SRAFFA, P. *Production of commodities by means of commodities: prelude to a critique of economic theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

STIGLER, G. J. Does economics have a useful past? *History of Political Economy*, v. 1, n. 2, p. 217-230, 1969.

TRIBE, K. *Land, labour and economic discourse*. London: Routledge and Keegan Paul, 1978.

TRIBE, K. *The economy of the word*. Language, history, and economics. Oxford: Oxford University Press, 2015.

TRIBE, K. Ricardian histories. *Economy and Society*, v. 10, n. 4, p. 451-466, 1981.

TRIBE, K. Donald Winch 1935-2017. *European Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n. 1, p. 196-201, 2018.

WALTER, R. Conservative politics and laissez-faire economics? The Burke-Smith problem revisited. *Critical Historical Studies*, v. 7, n. 2, p. 271-295, 2020.

WATERMAN, A. M. C. *Revolution, economics and religion: Christian political economy, 1798-1833*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WATERMAN, A. M. C. Mathematical modelling as an exegetical tool: rational reconstruction. In: SAMUELS, W. J.; BIDDLE, J. E.; DAVIS, J. B. (Org.). *A companion to the history of economic thought*. Malden: Blackwell, p. 553-570, 2003.

WATERMAN, A. M. C. *Political economy and Christian theology since the Enlightenment: essays in intellectual history*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2004.

WINCH, D. *Adam Smith's politics: an essay in historiographic revision*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

WINCH, D. *Riches and poverty: an intellectual history of political economy in Britain, 1750-1834*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

YEO, R. R. Scientific method and the rhetoric of science in Britain, 1830-1917. In: SCHUSTER, J. A.; YEO, R. R. (Org.). *The politics and rhetoric of scientific method*. Historical studies. Dordrecht: D. Reidel, p. 259-297, 1986.

YEO, R. R. William Whewell's philosophy of knowledge and its reception. In: FISCH, M.; SCHAFFER, S. (Org.). *William Whewell: a composite portrait*. Oxford: Oxford University Press, p. 175-199, 1991.